



MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

14 de Maio de 2011

Oposição revolucionária ao governo do PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB

Aos trabalhadores e à juventude

Três fatos marcaram o início do governo de Dilma Rousseff: 1) O recebimento do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, quando este de dentro do Palácio do Governo em Brasília autorizou iniciar a intervenção militar na Líbia; 2) A imposição de um salário mínimo de R\$ 545; 3) Envio da Força Nacional de Segurança para reprimir a greve dos operários da construção civil das obras do PAC de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.

No primeiro caso, a presidente Dilma alinhou o Brasil por trás da política intervencionista do imperialismo, que se vale da bandeira dos Direitos Humanos encharcada de sangue dos povos oprimidos. No segundo, combateu inclusive a proposta da burocracia sindical de um salário mínimo de R\$ 580, apesar da CUT, Força Sindical e CTB fazerem parte do seu governo. E no terceiro, Dilma saiu em defesa das construtoras, como a Camargo Corrêa, diante da rebelião dos operários que não mais suportavam o regime de escravidão do trabalho.

Não há dúvida de que o governo de Dilma é antinacional e antipopular. Ou seja, um governo a serviço dos grandes capitalistas

As massas que elegeram Dilma Rousseff (PT/PMDB/PDT/PSB/PCdoB) e as que votaram em José Serra (PSDB/DEM/PPS) foram arrastadas pelas ilusões de que estariam decidindo sobre um governo comprometido com o País e com a vida da maioria. Na realidade, tratava-se de uma disputa entre duas coligações de partidos da ordem capitalista para formar um novo governo burguês. Os capitalistas destinaram um rio de dinheiro para as duas candidaturas. Os assalariados, os que vivem com o salário mínimo, os que contam com as migalhas do Bolsa Família, os pobres e os oprimidos do campo foram chamados a decidir sobre duas candidaturas da classe burguesa.

Venceu Dilma com apoio do caudilho Lula, que deixou a presidência como governo do povo, mas que de fato governou para a classe capitalista. Os patrões obtiveram altos lucros e puderam ludibriar os assalariados com mais empréstimos, mais dívidas e mais sonhos de consumo.

Lula prometeu tirar milhões da miséria. Agora, Dilma promete o mesmo. Mas o salário mínimo de R\$ 510 de Lula e os R\$ 545 de Dilma mostram como se perpetua a fome. E os milhões que sequer têm carteira assinada? Continuam na informalidade, recebem menos que o salário mínimo e não têm nenhum direito trabalhista, sequer à previdência.

O assistencialismo governamental usado para que no dia se-

guinte o faminto esteja em pé mal acoberta o mar de miséria. Os operários da indústria, da construção civil, da mineração, dos transportes, das usinas, os empregados do comércio, os professores, etc. quando recebem dois ou três salários mínimos são tidos como bem situados, mas não passam de pobres que contam os dias no final do mês. No outro extremo, crescem a riqueza, a suntuosidade, o desperdício e o luxo da burguesia e da classe média alta. A riqueza e a propriedade se concentram nas mãos da minoria capitalista.

A minoria compra as forças de trabalho de milhões de homens, mulheres, jovens e até de crianças para produzir, de um lado, uma montanha de riqueza e, de outro, um mar de pobreza e miséria. Eis por que os governos burgueses obrigatoriamente são antipopulares. Já não podem fazer reformas no capitalismo, erradicando a miséria e a melhorando a vida dos camponeses, da classe operária e da classe média arruinada. Disfarces são usados, como o programa Bolsa Família, cotas para negros, luz para todos, etc. Mas nada disso encobre a pobreza e miséria da maioria. Não são verdadeiras reformas, uma vez que o capitalismo esgotado e condicionado pela crise estrutural já não as comporta.

O PT e Lula se arvoraram constituir um governo democrático e popular e acabaram se submetendo ao grande capital. Dilma nada mais é que a projeção mais acabada da submissão petista à burguesia.

Diferentemente de Lula, que sentiu o impacto da crise mundial apenas no final de seu governo, Dilma tem sob sua condução uma economia em turbulência. A volta da inflação é um sintoma dos desequilíbrios que começam a tomar proporções maiores, depois de pouco mais de dois anos da crise que eclodiu nos Estados Unidos em fins de 2008 e que mantém sua marcha. Os assalariados já sentem a corrosão inflacionária e o peso crescente do custo de vida.

O reajuste do salário mínimo de pouco mais de 6% é uma resposta de Dilma em favor da classe capitalista e contra os trabalhadores. Os juros voltaram a subir. A população endividada presente que a festa não terá um fim agradável. A economia diminuiu o ritmo de crescimento. A taxa de desemprego logo voltará a crescer. Mudanças negativas para as massas estão em andamento. Mas a classe capitalista tem o seu Estado e o seu governo para protegê-la.

Os ramos fundamentais da economia se encontram nas mãos

das multinacionais. A Bolsa de Valores é regada pelos especuladores externos. O Brasil virou o paraíso dos financistas internacionais. O governo de Dilma reclama que a inflação é importada, mas nada pode fazer porque tem as mãos amarradas pelo capital financeiro imperialista. Eis por que é tão antinacional quanto antipopular.

Se os trabalhadores não se livrarem de suas ilusões e começarem a reagir, terão de carregar uma carga gigantesca que a crise capitalista está preparando. É preciso rechaçar as mentiras da oposição burguesa e pequeno-burguesa. É preciso se lançar a uma **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA**, empunhando um programa de reivindicações completamente oposto à exploração e à política de dominação da classe exploradora. Um programa que tenha por estratégia a luta por um **governo operário e camponês**, que expresse a **ditadura do proletariado**. Um programa que exproprie a burguesia por meio da **revolução social** e que transforme a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Para combater a fome e a miséria, para vencer a exploração, a classe operária tem de tomar a frente das lutas e organizar a maioria explorada em torno de seu programa antiimperialista e anticapitalista. O que a impede de dar um primeiro passo nesse sentido? Resposta: não tem o seu partido. Assim, os explorados estão sob o controle do PT e demais partidos da burguesia. Os sindicatos e centrais se transformaram em aparatos que atuam por fora e por cima da classe operária. Isso devido à burocracia que os dirige com mãos de ferro e garante a tutela do Estado sobre a política sindical.

A classe operária está esfacelada pelo sindicalismo burocrático, divisionista e estatizante. Uma onda de cisões aparelhistas na CUT agravou ainda mais o esgarçamento sindical. A ausência da unidade organizativa e de centralização nacional da classe operária facilita os ataques do governo.

A situação econômica das últimas décadas e o fortalecimento do PT como partido da ordem capitalista favoreceram a dispersão e o recuo dos explorados diante dos exploradores, do Estado e dos governos. Porém, as mudanças que vêm ocorrendo exigem respostas. As greves nas obras do PAC deram um sinal nesse sentido. O trabalho revolucionário se concentra na tarefa de conquistar a independência política da classe operária diante da burguesia, de seus partidos e da burocracia sindical. *A oposição revolucionária consiste na defesa sistemática das reivindicações vitais que unem a maioria oprimida e na ação direta coletiva, com greves, ocupações, bloqueios e outras formas de luta.* A oposição revolucionária se contrapõe à oposição burguesa do PSDB e seus aliados. A oposição revolucionária se distingue da oposição de esquerda dos centristas e reformistas que se negam a unificar os explorados em torno do programa de luta, que dividem as organizações das massas e que alimentam ilusões nas eleições e no parlamentarismo.

O POR se coloca por uma **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DE DILMA. CHAMA OS OPERÁRIOS, OS DEMAIS TRABALHADORES E A JUVENTUDE A LUTAREM PELAS REIVINDICAÇÕES:**

1. Defender os salários contra a inflação e a alta do custo de vida, exigindo do governo a aplicação da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE SALARIAL** (os preços aumentam, automaticamente

aumentam-se os salários na mesma proporção)

2. Preservar a vida dos explorados com o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** (que nenhuma família receba menos do que é necessário para uma vida saudável) Em nossos cálculos, o necessário para uma família de quatro pessoas corresponde ao um salário mínimo de R\$ 3.824,00
3. Empregar a todos aplicando a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO** (que as horas nacionais usadas na produção sejam divididas entre todos aptos ao trabalho – assim ter-se-á uma jornada de trabalho compatível com o trabalho a todos)
4. Abolir as medidas de flexibilização do trabalho – **GARANTIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS** (fim da terceirização, efetivação imediata dos terceirizados, fim dos bancos de horas, restituição das perdas salariais, incorporação da PLR nos salários com todos os direitos)
5. Restabelecer as condições de aposentadoria que protejam a vida dos trabalhadores – **APOSENTADORIA INTEGRAL QUE CORRESPONDA AO SALÁRIO MAIS ALTO DO ASSURADO, FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO, VOLTA DOS 25 ANOS E 30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE DE 50 PARA AS MULHERES E 55 PARA HOMENS, CONTRIBUIÇÃO AO INSS PAGA EXCLUSIVAMENTE PELOS PATRÕES.**
6. Implantar um programa de proteção à juventude oprimida – **UMA JORNADA MÁXIMA DE 4 HORAS NO TRABALHO E O RESTANTE DO TEMPO DEDICADO À ESCOLA E LAZER. ACESSO EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO. FIM DOS VESTIBULARES E DO ENSINO PRIVADO POR MEIO DA ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO**
7. Atender a reivindicação do movimento camponês de reforma agrária – **EXPROPRIAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS, ENTREGA DA TERRA AOS CAMPONESES POBRES, FIM DA CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, CONSTITUIÇÃO DE UM TRIBUNAL POPULAR PARA INVESTIGAR, PUNIR OS ASSASSINATOS NO CAMPO E GARANTIR A AUTODEFESA, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR COMITÊS AGRÁRIOS.**
8. Garantir a liberdade de organização e manifestação da classe operária e dos demais explorados – **LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO NAS FÁBRICAS, DIREITO DE ORGANIZAR AS COMISSÕES DE FÁBRICA LIVRES E INDEPENDENTES.**
9. Garantir o direito de greve – **FIM DA LEGISLAÇÃO ANTI-GREVE** (que seja assegurado em lei o direito irrestrito de greve)
10. Implantar o direito da classe operária ter acesso à administração, contabilidade e planejamento das empresas – **CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E FIM DOS SEGREDOS COMERCIAIS DE TODA CLASSE CAPITALISTA.**

A classe operária, por seu lugar que ocupa na produção capitalista, é a única capaz de se emancipar da política burguesa e emancipar o conjunto dos explorados. Para isso, tem de construir o seu partido. O Partido Operário Revolucionário trabalha para cumprir essa tarefa histórica.